



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 08/01/2026 **ATA APROVADA**

ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PRIMEIRO PERÍODO DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, realizada aos 8 dias do janeiro de 2026. Às 15h15min, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), fez a abertura da presente Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 6.846/2025, de autoria da Vereadora Cida Oliveira, para discutir a construção de um projeto na área tombada do antigo Centro de Educação Física e Esporte do Colégio Metodista Granbery. Foi comunicado que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela JFTV (canal 35.1) e divulgada no site oficial da Câmara Municipal de Juiz de Fora com reprodução no canal do YouTube. Falou-se, ainda, que a participação popular está assegurada também por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp da Câmara Municipal de Juiz de Fora (32) 99183-0706, pelo qual podem ser enviados os questionamentos e as sugestões até 30 (trinta) minutos após o início da Audiência Pública. O Presidente comunicou que os Vereadores Maurício Delgado e Juraci Scheffer encontram-se ausentes, tendo o Vereador Maurício Delgado comunicado que não poderá comparecer por motivo de compromisso previamente agendado, para a mesma data desta Audiência, na Executiva Nacional da Rede Sustentabilidade, de caráter institucional e partidário. A palavra foi passada para as considerações iniciais da proponente. Com a palavra, a Vereadora Cida Oliveira cumprimentou os presentes nominalmente e agradeceu a oportunidade de abertura do debate pela Câmara. Disse que o objetivo aqui é a promoção de um diálogo sobre o destombamento do Centro de Educação Física e Esporte (Cefe) do Instituto Granbery. Contou que a falta de clareza que marcou as decisões mais recentes acerca desse destombamento tornou este debate público necessário. A Vereadora fez, em seguida, um breve relato sobre o histórico do processo. Disse que o decreto que oficializou o tombamento em agosto de 2024 protegeu o conjunto esportivo; o parque aquático; as quadras poliesportivas, incluindo o ginásio e o campo de futebol; o edifício Charles Alexander Long, com a proteção de suas fachadas, volumetria, escada em madeira e piso do pavimento térreo; e o bosque existente na área. Contou que em agosto de 2025 foi aprovado, pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (Comppac), um projeto que prevê a construção de duas torres e um edifício-garagem na área tombada. Falou que o bairro, que tem sido alvo de construtoras, não comportará tantos empreendimentos porque a infraestrutura permanece a mesma, o que tem levado, inclusive, aos alagamentos nos períodos de chuva. A Vereadora apontou o valor cultural, histórico e simbólico do Cefe e manifestou seu apoio à comunidade do Granbery. Por fim, questionou o motivo da venda do Cefe por um valor menor do que foi oferecido pelo Sesi/FIEMG, que comprou o Instituto Metodista Granbery. Ato contínuo, passou-se para os convidados da Mesa. Com a palavra, a Senhora Fátima Barcelos, Presidente da Associação de moradores do Bairro Granbery, relatou que uma de suas dúvidas se refere à composição do Comppac, pois um dos idealizadores do projeto faz parte dele, apesar de não ter votado. Mencionou, ainda, que um integrante da Unijuf (União Juizforana de Associações Comunitárias de Bairros e Distritos), que compõe o conselho, também estava presente. Disse que quer ouvir essas respostas com urgência. Falou sobre uma reunião com a Prefeita Margarida, que, na ocasião, afirmou que não haveria mudança no decreto e se mostrou surpresa por não saber do projeto. Citou a falta de infraestrutura do bairro para receber essas construções. Finalizou declarando que não se pode permitir esse destombamento e que quer ouvir as respostas às perguntas que fez. Com a palavra, a Senhora Christina Ferraz Musse, moradora do Bairro Granbery, cumprimentou os presentes e ressaltou que a data de hoje, 8 de janeiro, possui relevância para toda a população brasileira. Mencionou que fez uma apresentação e pediu que o material fosse exibido. Falou sobre a importância do Granbery, comentando sobre os atletas do bairro, destacando que a primeira partida de futebol do Brasil foi em um campo localizado no bairro e registrando a participação ativa dos ex-alunos nas atividades do colégio. Mostrou algumas imagens do Cefe. Disse que acha importante destacar que o terreno, por ser tombado, só poderia sofrer pequenas configurações no espaço, respeitando o destino ao esporte. Questionou, por fim, se o espaço será de fato público, já que se trata de um investimento particular. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal mostrou-se



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 08/01/2026 ATA APROVADA

indignado com a fala da oradora sobre o dia 8 de janeiro, afirmando que ela levou o debate para o lado ideológico. Disse que não se pode ir contra um empreendimento alegando um grande número de residências quando se mora em um local com grande número de moradias também. Relatou que, se for dessa forma, ele também escolherá seu lado. Pela ordem, a Vereadora Cida Oliveira agradeceu ao Senhor Laércio, que está representando o mandato do Deputado Betão, pela presença na Audiência. Pediu a todos desculpas. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal declarou que as desculpas devem ser pedidas para os idosos que estão presos de forma injusta. O Senhor Wilson Guilherme Acácio, Professor Aposentado da UFJF e ex-Coordenador Geral do Fórum Mineiro dos Comitês de Bacias Hidrográficas, disse que já fez parte do Comppac. Contou que, quando era membro, os bens tombados eram derrubados na "calada da noite" e, pelo que parece, essa prática está sendo retomada. Fez uma leitura dos fundamentos que embasaram o decreto do tombamento do conjunto esportivo e falou que antes de completar um ano do tombamento, o Comppac votou pelo destombamento. Indagou sobre a legitimidade de um decreto ser alterado por um conselho. Disse que se espanta porque os membros do Comppac, que são servidores do Executivo e deveriam respeitar os interesses da sociedade, além de garantir a preservação do patrimônio cultural, votaram a favor do destombamento. Ponderou, na sequência, sobre termos que o Comppac teria que considerar ao aprovar o projeto da construção na região tombada, destacando que o Granbery é, atualmente, um dos bairros com maior número de construções e empreendimentos imobiliários e alertando que a infraestrutura não está suportando. Afirmou que o empreendimento não pode ser aprovado sem a elaboração prévia de um estudo de impacto de vizinhança. Perguntou sobre o interesse por trás do destombamento: aumento da arrecadação de IPTU ou qualidade de vida dos moradores do bairro? Pediu, por fim, que todos fiquem atentos para que o projeto não seja aprovado. A Senhora Dalila Varela, Pesquisadora, informou que faz há 10 anos pesquisas sobre o patrimônio cultural de Juiz de Fora. Declarou que o debate aqui não é sobre valorização do Granbery e sim sobre a atuação do Comppac. Falou que o conselho não cumpre sua função mínima e não possui capacidade técnica para atuar como consultivo. Afirmou que é preciso se repensar no funcionamento do Comppac, pois todos estão reunidos aqui hoje por consequência da aprovação de forma deliberada de um projeto sem que fossem considerados os próprios meios do patrimônio cultural. Falou, em seguida, sobre a necessidade de um olhar mais sério para o fundo do patrimônio, pois ele é regulamentado pelo Comppac. Afirmou, para encerrar, que a Câmara precisa investigar o Comppac, os conflitos de interesse e os membros do conselho, que precisam ter conhecimento técnico e teórico do patrimônio cultural da cidade. O Presidente informou que a Vereadora Laiz Perrut está ausente porque se encontra em um procedimento médico. O Senhor Marcos Olender, Professor de História da UFJF e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia, leu um trecho do posicionamento do Instituto dos Arquitetos do Brasil, núcleo Zona da Mata e Vertentes, contendo a declaração de que a aprovação do projeto é um destombamento indireto ou disfarçado e beneficia um interesse econômico privado específico em detrimento do interesse público da preservação do patrimônio cultural, afrontando princípios constitucionais e legais. O Instituto registrou, conforme diz o texto, posicionamento contrário à decisão do Comppac e ao projeto proposto para o espaço do Cefe. O orador, na sequência, tendo votado contrário ao projeto como membro do Comppac, comentou os argumentos que o embasaram, destacando que o projeto fere integralmente o decreto do tombamento. Afirmou que a construção vai preterir a utilização para esporte e lazer, ficando resumida a três quadras em cima de um edifício-garagem e uma pracinha em frente às torres. Disse que, diante disso, não é possível ser favorável ao projeto. O Senhor Flávio Cheker, ex-Vereador e Pesquisador, contou sua própria experiência, quando Vereador desta Casa, com uma entidade de trabalhadores do transporte rodoviário que queria construir uma sede para lazer no Parque da Lajinha. Declarou que ele se posicionou contra com o argumento de que o Parque é de uso comunitário, e não somente de uma categoria profissional. Informou que, depois de diversos embates, a sede acabou sendo construída em outro local. Apelou, assim, aos representantes do



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 08/01/2026 ATA APROVADA

Executivo, Senhores Rogério e Ronaldo, que revejam a decisão do Comppac, embora saiba das dificuldades existentes ao lidar com os interesses da construção civil. Disse que a aprovação do projeto tornou o tombamento feito pela Prefeita inócuo, pois o decreto estabelece que se trata de um tombamento histórico-cultural com fulcro na destinação de área esportiva e o centro do projeto é residencial e empresarial. Declarou ter certeza de que é possível se buscar um lugar alternativo para o empreendimento para que o Granbery seja preservado. O Senhor José Laércio Manoel, representando o mandato do Deputado Betão, comunicou que o Deputado se encontra em recuperação médica e, por isso, não está presente. Disse que, para ele, é de suma importância a preservação do espaço tombado, tanto para a comunidade quanto para a cidade. Lamentou a ausência da maioria dos Vereadores em um debate que aborda as reivindicações da cidade, e expressou desejo de deixar que os especialistas prossigam a discussão. O Presidente, dirigindo-se ao Senhor José Laércio, informou que os Vereadores têm outras atividades e reuniões, além do Plenário, e acrescentou que estão no período de formação de comissões, ficando, assim, inviável que todos estejam aqui o dia inteiro. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal disse que, quando trabalhou nesta Casa com o então Vereador Betão, aprovou por várias vezes autorizações de ausências dele para viagens a Belo Horizonte. Falou que o espaço da Câmara foi liberado para a comunidade do Granbery se manifestar, mas essa demanda é da Prefeita Margarida. Pediu cuidado ao se falar sobre as ausências dos Vereadores, sobretudo por alguém que já trabalhou na Casa. O Presidente esclareceu que esse é, inclusive, o segundo espaço aberto para a comunidade, pois já foi feita uma Tribuna Livre sobre o tema. Pela ordem, a Vereadora Letícia Delgado corroborou a fala do Vereador Sargento Mello Casal, porque os Vereadores têm outros compromissos. Disse que, como ex-moradora do Granbery, entende o carinho que as pessoas têm pelo bairro. Destacou que os ataques ao Comppac devem ser abrandados, uma vez que a decisão é bastante complexa. Falou da importância de se ter uma audiência como esta para que seja mostrada a multiplicidade dos olhares. Perguntou ao Senhor Rogério qual é a decisão efetiva do Comppac e, como o projeto já foi analisado pelo conselho, indagou se ele já foi aprovado ou ainda passará por outras instâncias da Prefeitura. Ato contínuo, a palavra foi passada para os inscritos do público. Com a palavra, o Senhor Tomás Guimarães, morador do Bairro Granbery, relatou que preservar o complexo esportivo do Granbery é importante não apenas para o bairro mas também por se tratar de uma importante parte da cidade. Disse que o complexo tem o potencial de se tornar algo ainda maior e que, independente da edificação a ser construída, um edifício de alto luxo, um hospital ou uma creche, o local está tombado. Falou esperar que os Vereadores defendam o interesse da comunidade, porque a memória e o patrimônio são parte da construção da cidadania. O Senhor Délcio Lima, morador do Bairro Granbery, disse que, por muitos anos, morou fora da cidade, em outros locais, mas recentemente retornou para o Bairro Granbery, estando agora em frente ao Colégio Granbery. Contou que, ao lado do prédio em que reside, há uma casa semidemolidada interditada, porque, de acordo com as informações que recebeu, naquele local é proibido construir. Relatou que há um ano a casa acabou virando um criadouro de pernilongos por causa do abandono e alertou, assim, que não basta apenas tomar, mas deve-se também cuidar do local e destiná-lo para a comunidade da forma mais adequada possível. O Senhor Ulisses Belleigoli, morador do Bairro Granbery, disse que o patrimônio do Granbery e o Cefe foram construídos pela comunidade e são um presente para Juiz de Fora. Falou que considera o projeto um desrespeito a várias gerações. Pediu aos Vereadores que intercedam para impedir o avanço do projeto. A Senhora Ananda Vicentin, Arquiteta e ex-moradora do Bairro Granbery, comentou que já se manifestou diversas vezes como defensora do complexo do Granbery, tendo em vista a riqueza do patrimônio. Contou um pouco de sua ligação pessoal com o Colégio e da importância dele para todos os alunos. Disse que fez contato com o Comppac e não conseguiu as respostas de suas perguntas. Registrou espanto por ver um conselho que deveria proteger o patrimônio votar contra esse patrimônio. O Senhor Reinaldo Silva, morador do Bairro Granbery, registrou sua emoção de participar desta Audiência e seu orgulho dos moradores do bairro neste



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 08/01/2026 ATA APROVADA

debate. O Senhor Márcio Luiz de Oliveira, morador do Bairro Granbery, comunicou, dirigindo-se ao Vereador Sargento Mello Casal, que a associação não tem nenhuma atividade político-partidária, pois esta é expressamente vedada. Falou que está muito preocupado com a situação de vazamento de esgotos. Contou que atuou como Advogado em uma questão relativa ao Cemitério Municipal em favor de vários contribuintes. Relatou que ajuizou processos contra uma empresa terceirizada empregadora e também contra o Município de Juiz de Fora, com pedido de responsabilidade solidária e subsidiária. Falou que, desde aquela época, já se falava que o cemitério deveria ter sido desativado há mais de 30 anos. Informou, na sequência, que ele mora na Rua Princesa Isabel, próxima ao cemitério, e está havendo um vazamento de esgoto na frente de seu quarto. Afirmou, quanto à decisão do Comppac, que ela foi ilegal e absurda, dado que tombamento é tombamento. Retomando a questão do cemitério, disse que a poluição que tem preocupado os moradores é relativa ao necrochorume, um líquido escuro e muito fétido, e crianças têm tido contato direto com isso. Pediu providências urgentes para acabar com esse vazamento. Pela ordem, o Vereador Dr. Antônio Aguiar elogiou o trabalho do Senhor Márcio na questão do cemitério e da contaminação dos lençóis freáticos. Disse que grandes obras no Granbery devem ser precedidas por estudo de impacto, que certamente resultará na necessidade de grandes obras de infraestrutura naquela região, visto que já está havendo sobrecarga nas redes de captação de água e de esgoto. Reforçou que, se isso não acontecer, o local passará por grandes problemas de rompimento da rede e contaminação ambiental. Parabenizou o Senhor Márcio pelo trabalho realizado na proteção ambiental e na Saúde Pública. O Senhor Denilson de Oliveira, morador do Bairro Granbery, falou que essa situação é culpa da incompetência da gestão da Rede Metodista de Ensino, pois o Granbery, até o ano de 2016, era uma instituição superavitária, porém, a partir daí, passou a cobrir prejuízos de outras instituições da rede metodista, principalmente no estado de São Paulo. Pediu aos Vereadores e à população em geral que não desistam do Granbery. Disse que a construtora comprou o terreno já sabendo que ele era tombado e se beneficiou disso para pagar um valor muito menor, o que caracteriza uma manobra comercial. Falou que, dessa forma, o projeto em discussão não deveria nem existir, pois é inadequado. Lembrou que o decreto de tombamento define claramente que a área tem finalidade específica para a prática esportiva e o projeto, da forma como está, acaba com essa função. O Senhor Luiz Carlos Barbosa, Presidente do Conselho Regional de Saúde, argumentou que pediu a invalidação dessa situação relativa ao Comppac por conta da posição irregular de um dos votantes. Mencionou que uma entidade interditada pela Justiça não poderia votar. Contou que é líder do Parque das Águas e Presidente de vários setores de saúde da cidade, e garantiu que o seu bairro estará em luta com a comunidade do Bairro Granbery. A Senhora Paula Assunção, Advogada, questionou o motivo de o mesmo Comppac que votou pelo tombamento ter depois votado contra ele. Falou que as mesmas pessoas e as mesmas instituições do conselho, que tem como finalidade institucional a proteção do patrimônio histórico, votaram a favor de um projeto que não respeita em nada o tombamento, pois a construção vai destruir completamente tudo o que estava sendo protegido. Comentou que outro ponto que chama atenção é a questão da legalidade da votação por causa da questão da Unijuf, entidade cujas gestões não tiveram diálogo com a comunidade. Pediu aos Vereadores que verifiquem essa situação. Falou, por fim, sobre a cadeira da Câmara Municipal no Comppac e da abstenção de votação do representante da Casa por ter tido participação no projeto. O Presidente informou que a Câmara se retirou do Comppac por orientação do Ministério Público, tendo indicado o Clube de Engenharia para ocupar a cadeira. Informou, ainda, que a Câmara já realizou audiência pública para discutir a questão das associações de moradores e, na época, o Promotor falou que as associações de moradores podem realizar eleições, se legalizarem, se constituírem e, então, se representarem como comunidades, não dependendo da Unijuf para isso. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal explicou que, por orientação do Ministério Público, os Vereadores não podem mais participar de diversos conselhos da cidade. Esclareceu que, apesar de o tema deste debate ser tratado aqui, ele é do Executivo e das sociedades envolvidas. Disse que a comunidade deve verificar as questões



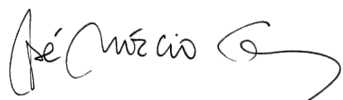
1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 08/01/2026 ATA APROVADA

judiciais com os Advogados e reiterou que a solução desse problema não é competência da Câmara. O Presidente informou que, por ser este um tema muito sensível, a Câmara fez um projeto de lei propondo que propostas de tombamento fossem enviadas à Câmara para a realização de audiência pública para discussão. Disse, porém, que a pedido de entidades, o projeto foi retirado, o qual seria uma forma de dar mais transparência. Falou, em seguida, que a Câmara, em 2020, aprovou uma lei de estudo de impacto de vizinhança que hoje será o instrumento a ser feito no empreendimento para mitigar todos os danos. A Senhora Ana Maria Monteiro Amadei, moradora do Bairro Granbery, expressou que se entristeceu por ver entidades que ela ajudou a construir votando hoje contra a comunidade. Registrou que não medirá esforços para ir pleitear apoio onde for preciso. Disse que o projeto do Cefe está pronto para continuar formando atletas para o mundo na natação, na ginástica rítmica, no atletismo, no vôlei, no handebol, entre outros. Destacou, para encerrar, que, em um país onde "se respira futebol", a comunidade luta hoje por um campo como o "último respiro" do centro da cidade. O Senhor Milton Leite Bandeira, Presidente da Associação de Defesa dos Direitos da Arte e Cultura, disse que o ex-Presidente desta Casa, Rodrigo Mattos, aprovou o processo do Fórum Planetário Permanente, mas não deu continuidade. Leu, em seguida, uma carta do Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima, na qual ele é elogiado pela participação na conferência das Nações Unidas para o meio ambiente. Sugeriu, por fim, que a Câmara Municipal dê continuidade ao processo do Fórum Planetário. A Senhora Denise Delgado, moradora do Bairro Granbery, disse que trará uma contribuição técnica que ainda não foi abordada, relativa ao planejamento urbano. Contou que, do ponto de vista do desenvolvimento, o empreendimento pode ser considerado um bônus para a sociedade, mas, devido à infraestrutura antiga da cidade e de acordo com um relatório disponibilizado no site da própria Prefeitura, as ruas do Granbery que contornam o terreno tombado apresentam pontos críticos, próximos à saturação viária e de drenagem, esgoto e abastecimento de água. Falou, dessa forma, que, se não conseguirem interromper o projeto, é importante alertar a sociedade que o ônus do empreendimento vai sair do bolso de todos os juiz-foranos. Disse que o relatório é relevante e não pode ser ignorado. Mencionou, a seguir, que o projeto estabelece que as áreas públicas serão públicas e que durante 5 anos o espaço será de responsabilidade do empreendedor. Perguntou o que vai acontecer depois dos 5 anos, pois um teto com quadras e um campo causará infiltração, que será custeada pela sociedade. Declarou que deve haver debate sobre isso, pois, assim como o bônus é pontual para alguns, o ônus é de toda a sociedade. Finalizou afirmando ser injusto seguir com o projeto. O Senhor Rogério Freitas, Diretor-Geral da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa), explicou que o conselheiro idealizador do projeto foi indicado pelo Clube de Engenharia, entidade indicada pela Câmara. Disse, com relação ao conselheiro da Unijuf, que, até o momento da votação, não havia nenhuma manifestação oficial de nenhum órgão em relação à interdição. Explicou, em seguida, o trâmite que o projeto percorreu até agora, tendo dado entrada na Prefeitura e então sido avaliado pelo Comppac, que é um órgão com decisão colegiada. Explicou que o conselho votou a compatibilidade da proposta com o decreto de tombamento e que o projeto seguirá, agora, para análise de engenharia, análise de urbanismo, análise do impacto de ambiente, análise hídrica, análise da contribuição de água e esgoto e análise do trânsito em relação a toda a circulação. Destacou que, dada a complexidade do projeto, ele poderá também ser analisado pelo Conselho Municipal de Política Urbana (Compur), além de ser submetido a outras análises. Reiterou que o conselho não votou a aprovação do projeto e sim a compatibilidade dele com o decreto de tombamento. Explicou que o projeto seguirá para análise urbanística e para análise nas outras secretarias e outros conselhos. Disse, por fim, que o debate ainda está em curso. O Senhor Ronaldo Pinto, Secretário de Governo, garantiu que a Prefeita reafirmou o compromisso de que o decreto do processo de tombamento será respeitado, conforme todos os outros normativos que regem a elaboração, avaliação e análise de projetos que possam ser desenvolvidos. Falou que a Prefeitura trabalhará de forma transparente e levará em consideração, independente da posição política, as questões legais. Comunicou que o que está preservado e

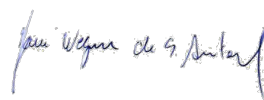


1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 08/01/2026 ATA APROVADA

resguardado pelo decreto dirigirá as orientações dos órgãos técnicos, que avaliarão os projetos que forem apresentados. O Secretário frisou que a posição da Administração Municipal é de defesa do decreto sancionado pela Prefeita, do ambiente democrático, da composição dos diversos espaços, inclusive do Comppac, e de todos os conselhos que a Prefeitura faz parte. Pontuou que a Prefeitura não pode ter uma posição política contrária à decisão de um ambiente de participação popular reconhecido, que é um conselho. Reforçou a legalidade da decisão do Comppac e esclareceu que ele não é um órgão da Prefeitura. Falou que a Prefeitura não pode saudar apenas os ambientes democráticos que estão em conformidade com sua posição. Agradeceu o espaço concedido para manifestação e disse que a Prefeitura continua aberta para ouvir todos os movimentos relacionados a essa pauta. Na sequência, a palavra foi passada para as considerações finais. Com a palavra, a Vereadora Cida Oliveira declarou estar preocupada porque o decreto só permite adequações, não podendo haver construções. Frisou que um projeto com três torres não será de adequações e sim construções residenciais, empresariais e de garagem. Relatou que a fala do Senhor Rogério sobre a compatibilidade a faz questionar se essa compatibilidade é com o crescimento e a construção, pois é isso que vem acontecendo no bairro. Disse que a comunidade está correta naquilo que ela traz para o debate, porque não dá para se calar diante do que está por vir. Pontuou que questionou, certa vez, um trabalhador da Secretaria de Obras sobre um excesso de água no bairro e ele a informou que a Rua Sampaio não possui rede de captura, indo tudo para a Rua Batista de Oliveira e depois para o córrego da antiga Avenida Independência. Assim, ela se questiona como ficará a situação da região se mais uma construção for feita. Falou que foi dada visibilidade para a luta da comunidade do Granbery aqui hoje, mas ela vai continuar. Esclareceu que não sabia que o espaço do Cefe havia sido construído pela comunidade e isso tem que ser considerado. Destacou que se deve ter em mente que a proprietária é a comunidade, para que as pessoas possam resguardar o direito da população do bairro. Considerou válida, por fim, a fala da Prefeita Margarida de se comprometer a cumprir o decreto, pois assim serão permitidas apenas adequações no local, e não novas construções. O Presidente comunicou que, em 10 minutos, será iniciada a reunião ordinária. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente Zé Márcio Garotinho encerrou a Audiência Pública às 17h51min. Estiveram presentes: o Senhor Ronaldo Pinto, Secretário de Governo; o Senhor Rogério Freitas, Diretor-Geral da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa); a Senhora Christina Ferraz Musse, moradora do Bairro Granbery; a Senhora Fátima Barcelos, Presidente da Associação do Granbery; o Senhor Flávio Cheker, ex-Vereador e Pesquisador; a Senhora Dalila Varela, Pesquisadora; o Senhor Marcos Olender, Professor de História da UFJF e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia; o Senhor Wilson Guilherme Acácio, Professor Aposentado da UFJF e ex-Coordenador Geral do Fórum Mineiro dos Comitês de Bacias Hidrográficas; e o Senhor José Laércio Manoel, representando o mandato do Deputado Betão. Compareceram os Vereadores: Antônio Santos de Aguiar (Dr. Antônio Aguiar), Aparecida de Oliveira Pinto (Cida Oliveira), Carlos Alberto de Mello (Sargento Mello Casal), José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), Letícia Fonseca Paiva Delgado (Letícia Delgado), Marcelo Vitor Mendes Condé (Dr. Marcelo Condé) e Marlon Siqueira Rodrigues Martins (Marlon Siqueira). Para constar, Karina Médice de Freitas, Supervisora dos Serviços de Procedimento Legislativo e Rotinas Internas, lavrou a presente ata, que vai devidamente assinada nos termos regimentais, após aprovada em Plenário no dia 15 de janeiro de 2026.



José Márcio Lopes Guedes
Presidente da Câmara Municipal



João Wagner de Siqueira Antoniol
1º Secretário

